

# **ALFABETIZAÇÃO PELOS CONHECIMENTOS INDÍGENAS: REFLEXÕES SOBRE SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES**

***Odair Giralдин***

*Universidade Federal do Tocantins (UFT)*

## **RESUMO**

O artigo reflete sobre a inserção dos professores indígenas no universo da pesquisa, através das suas experiências tanto com a graduação em Educação Intercultural quanto com a pós-graduação na Universidade Federal de Goiás. Discuto sobre os conhecimentos indígenas e seus registros, refletindo sobre as possibilidades e os limites da inserção dos saberes indígenas na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação. Conhecimentos tradicionais. Pesquisa. Registro. Escolarização.

## **ABSTRACT**

The article reflects on the inclusion of indigenous teachers in the survey through their experiences with both a degree in Intercultural Education as with postgraduate studies at the Federal University of Goiás. I discuss on indigenous knowledge and their records, pondering the possibilities and limits of the integration of indigenous knowledge in school.

**KEYWORDS:** Training. Traditional knowledge. Search. Record. Schooling.

Em uma palestra realizada no Ministério da Educação (MEC), durante reunião da Ação Saberes Indígenas na Escola, a linguista Bruna Franchetto chamou a atenção dos presentes para o papel da pesquisa no processo de formação dos professores indígenas. Naquela ocasião ela abordava a importância desta formação em linguística para que os próprios professores pudessem se despertar para a pesquisa.

Nos cursos de formação em magistério indígena e também nos primeiros cursos de formação superior em licenciaturas indígenas, o objetivo não era formar professores linguistas, mas sim dar-lhes formação inicial para que pudessem se tornar pesquisadores de suas próprias línguas, pensadores de suas próprias línguas. Segundo ela, quando isso acontecesse, haveria a possibilidade tanto de um avanço na qualidade das pesquisas sobre a linguagem pois os falantes de uma língua teriam muito mais condições de abordar suas línguas que teriam pesquisadores não-indígenas, quanto de descobertas e valorizações das próprias línguas em uso pelos povos indígenas.

Para ela, era por isso que nos primeiros cursos de formação de professores, seja em magistério indígena, ou nos cursos de licenciatura (referindo-se especificamente aos cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT), existia a presença de professores especialistas que eram convidados para ministrar as aulas (ela própria fez parte da equipe de professores que lecionaram para as primeiras turmas do curso da UNEMAT). Mas, infelizmente, no decorrer do tempo esses cursos foram cada vez mais sendo ministrados por técnicos das Secretarias (no caso dos magistérios indígenas) ou da própria universidade (no caso das licenciaturas), perdendo-se a possibilidade de haver essa estimulação das pesquisas, e passando a enfatizar-se apenas o conteudismo tecnicista oferecidos nos cursos.

Essa palestra levou-me a perceber o quanto esse processo de pesquisa esta presente nas falas dos professores que estão vivenciando os cursos de licenciatura em Educação Intercultural da UFG, o curso de especialização e também as atividades desenvolvidas na Ação Saberes Indígenas na Escola, no núcleo UFG-UFT-UFMA.

Nessas falas fica claro como através desses cursos eles tiveram essa aproximação com a pesquisa e o quanto, ao serem estimulados para ela, com ênfase na cultura de seu próprio povo (algo para o qual não tinham sido estimulados antes), despertaram para a riqueza de material de conhecimento, ao qual antes não haviam atentado, tanto para sua importância quanto para como esse conhecimento pode ajudar no processo educacional.

E suas falas relatam seus envolvimento com esse espírito da pesquisa, ao mencionarem o ponto ao qual todo pesquisador chega

no processo de pesquisa: uma certa angústia<sup>1</sup> presente na descoberta pela pesquisa ao tomar consciência não apenas daquilo que se desconhecia, mas, ao perceber o complexo universo existente para ser pesquisado, a estrutura existente na sua forma de organização social, política e ao se darem conta de que conhecem apenas uma pequena parte do universo da sua própria cultura.

Espero poder viver para vivenciar os resultados destas pesquisas produzidas por esses futuros mestres e doutores indígenas e seus conhecimentos produzidos por eles mesmos, quando estas novas turmas foram paulatinamente avançando nos níveis superiores de formação e nos textos e resultados que apresentarão.

Mas devemos ter clareza de que não chegará até nós todo conhecimento sobre a cultura dos povos indígenas. Nem tudo é para ser divulgado, pois todos os povos indígenas têm alguma esfera da vida social que não deve ser revelada a todos. Mas mesmo aquilo que pode ser revelado pelos pesquisadores indígenas sobre suas culturas terá uma qualidade diferente ao ser tematizado pelos próprios pesquisadores indígenas, certamente muito diferente do que é produzido pelos antropólogos, linguistas e sociolinguistas.

Durante uma semana de curso de etnologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, em novembro de 2014, na cidade de Manaus, contei com a presença de dois estudantes do Alto Rio Negro, mestrandos do referido programa. Ao abordar a etnologia daquela região, ainda que tivesse à mão os livros de Stephen e Christine Hugh-Jones, optei por chamar os dois alunos Tukano e pedir a eles que falassem sobre a sociedade Tukano e o sistema do Alto Rio Negro, e complementaríamos com informações provenientes dos livros.

As informações fornecidas por eles durante a aula foram de uma qualidade fantástica que tornam dispensáveis as informações dos livros do casal Hugh-Jones. Não quero dizer que os livros não tenham nada a nos dizer, muito pelo contrário. Porém as informações fornecidas pelos dois estudantes, para aquele objetivo de apresentar a sociedade Tukano, foram muito mais claras do que as apresentadas nos livros. Eles apresentaram informações detalhadas sobre a forma de organização sócio-cósmica dos clãs, sibs, fratrias, formas de alianças,

---

<sup>1</sup> Lembrando a frase de Sócrates: tudo que sei é que nada sei.

de trocas cerimoniais e matrimoniais. E utilizaram como referência para essa aula, ministrada pelos dois alunos, uma dissertação de mestrado produzida por outro indígena Tukano naquele mesmo programa. Trata-se da dissertação intitulada: *Formação e Transformação de Coletivos Indígenas no Noroeste Amazônico: Do mito à Sociologia das Comunidades*, apresentada em 2012 por João Rivelino Rezende de Barreto (Barreto, 2012). Foi muito interessante ouvir a antropologia produzida pelos próprios nativos.

Assim como nem todos os conhecimentos da sociedade são ou podem ser revelados, também é preciso termos consciência de que nem todos os conhecimentos e saberes indígenas são, podem ou devem ser escolarizados. Precisamos saber que nem tudo de uma sociedade deve ou pode ser escolarizável.

Tomemos como exemplo as reflexões sobre o registro dos conhecimentos. Em uma reunião no mês de junho na UFG, durante uma das etapas de atividades do Saberes Indígenas na Escola, os professores indígenas presentes indicaram que a melhor maneira de registrar é realizar o evento para que as pessoas possam vê-lo acontecendo. Claro que os registros audiovisuais são importantes também, como vem sendo realizados pelos professores e por outros atores sociais nas comunidades indígenas. Esses registros são importantes para serem consultados em outros momentos, da mesma maneira como se consultam os velhos durante as pesquisas. Mas é claro que o melhor registro é a realização, é o fazer. A experiência de uma criança é totalmente diferente quando participando, do que assistindo a um DVD de uma determinada festa ou ritual. Porém o registro documental é importante para novas consultas, mas o registro empírico pela realização das festas ou rituais é fundamental para a continuidade e manutenção dos sentidos desses eventos para a vida das pessoas e a continuidade de própria comunidade.

Assim, penso que a escola pode exercer um papel fundamental de ser uma estimuladora para a ocorrência empírica das festas e rituais e para seu registro audiovisual. Mas isso somente quando a escola for abraçada pela comunidade como um espaço verdadeiramente comunitário.

Gostaria de abordar três exemplos de atividades que não podem ser escolarizáveis, no sentido de não poderem ser levados ao

espaço da escola.

Primeiramente o ritual de Ketuwaje Timbira. Esse ritual de iniciação consiste em formar grupos de rapazes em uma nova classe de idade, sendo necessários períodos de reclusão (normalmente ocorrendo em espaços dentro do ambiente das casas) e também momentos em que esses jovens são levados ao pátio para receberem instruções dos mais velhos, consistindo esses tanto em aconselhamentos, quanto em atos físicos propiciadores de fortalecimento dos corpos e seu crescimento (com aplicação de banhos, escarificações, corridas etc). Assim, estas atividades não podem ser realizadas na escola, mas apenas no pátio, pois a participação dos velhos e de toda a comunidade é fundamental.

Outro exemplo são as atividades cotidianas ou rituais que acontecem dentro de uma Casa de Aruanã (dos povos Iny - Karajá, Javaé e Xambioá) e que são segredos masculinos e não podem nem devem ser revelados fora do círculo dos homens iniciados nem para as mulheres. Assim, veja-se o próprio registro de uma festa de Hetohoky, que acontece sobretudo em uma habitação ao lado da Casa de Aruanã, como aquela feita por Patrícia Mendonça Rodrigues, desta festa dos Javaé. Sua condição de mulher limitou suas ações nos atos de filmagem, pois ela somente pode filmar estando no espaço feminino. Mas, ainda que a filmagem fosse feita por um homem, ainda assim haveria aspectos que não poderiam ser registrados e divulgados. Então o registro audiovisual, se importante, não é suficiente para garantir a salvaguarda dos conhecimentos daquele povo, ligado a esse universo.

O último exemplo que me ocorre é o registro do vídeo *Waia Rini*, realizado por Divino Tserewahú Xavante em 2001. Trata-se de um amplo registro desse ritual de passagem dos jovens Xavante, através do qual eles formam seus corpos para conseguirem a capacidade de sonhar, meio pelo qual podem adquirir conhecimentos de forma onírica. Existem ali diversos conhecimentos que não podem ser revelados, como as ações dos homens no espaço masculino fora da aldeia, a confecção das flechas *ti'ipe*, a origem do pó que os homens maduros (os “guardas”) utilizam para “matar” os jovens, no momento em que eles desmaiam e sonham, assim como as ações no momento em que os jovens vão ao córrego buscar abóboras. Esses saberes e

conhecimentos são exemplos daqueles que, provavelmente, os Xavante não levarão para o ambiente da escola e não os escolarizarão.

Assim, como forma de conclusão, penso que, se por um lado a Ação Saberes Indígenas na Escola tem um viés positivo muito importante, que é o pressuposto de valorização dos conhecimentos indígenas, colocando-os em condições de igualdade com os conhecimentos não-indígenas, por outro tem um desafio igualmente importante que é saber compreender quais são as possibilidades e os limites colocados pelos povos para o que pode, o que deve (ou não pode e não deve) ser revelado e escolarizado. Esse desafio impõe aos profissionais envolvidos nessa Ação a imperiosa necessidade de realização de pesquisas etnológicas, tanto quanto históricas e linguísticas, sobre o universo cultural desses povos.

## REFERÊNCIAS

Barreto, João Rivelino Rezende de. *Formação e Transformação de Coletivos Indígenas no Noroeste Amazônico: Do mito à Sociologia das Comunidades*. Manaus, PPGAS, dissertação de mestrado. Orientação de Carlos Dias Jr, 2012.